

Partidos esperam aprovação

A possibilidade concreta de eleições no Distrito Federal para governador, vice e uma Assembléia Legislativa, em novembro do próximo ano, junto com o pleito para deputados federais e senadores, foi saudada com euforia pelos partidos do DF, que defendem a representação política em todos os níveis como uma bandeira comum.

Para o suplente de deputado Paulo Xavier (PFL-PB), a posição anunciada pelo senador Alcides Saldanha (PMDB-RS) após a audiência com o presidente José Sarney significou "um grande avanço". O senador Saldanha agiu corretamente em consultar Sarney, diz Paulo Xavier, porque "o Presidente sabe o que é possível conceder em termos de representação política para o DF no momento atual". Xavier considera o episódio "uma grande vitória da Frente Liberal", que encaminhou ao Congresso uma emenda constitucional defendendo a ampliação da representação política para o DF. "Agora precisamos conquistar os vereadores e prefeitos", afirma.

As medidas anunciadas pelo senador Alcides Saldanha representam um consenso dentro do PMDB, tanto a nível nacional como no DF", afirma o secretá-

rio regional do partido, Fernando Tolentino. Exatamente por isso, explica, "tornam realidade uma antiga reivindicação do PMDB, já encaminhada ao Congresso diversas vezes, na forma de emendas constitucionais, sempre esvaçadas e arquivadas com o apoio do PDS".

Fernando Tolentino afirma que o PMDB levou ao senador Alcides Saldanha sua posição de consenso quanto à questão, deixando a definição de como seria a representação local ("prefeitos" e "vereadores") a cargo da futura Assembléia Legislativa.

Posição semelhante é encampada pelo PT, explica Luis Rossi, presidente regional do partido, que considera as medidas, anunciadas por Saldanha, um avanço. "Essa era a nossa posição", afirma Luis Rossi, que ressalta a necessidade de a Assembléia Legislativa ter poderes constituintes, "ouvindo a população sobre a organização política e administrativa do DF". Rossi considera a emenda apresentada pelo PFL como "populista e eleitoreira, pois apenas busca legitimar pelo voto a estrutura administrativa atual, configurando uma autonomia formal e não real".